

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 21/2012

Período: 23/06/2012 – 29/06/2012

GEDES – Brasil

- 1- Militares taifeiros podem estar trabalhando ilegalmente como “serviçais”
- 2- Presidente paraguaio em exercício fez reivindicações junto ao Brasil em 2010
- 3- Força-tarefa entre Exércitos brasileiro e argentino
- 4- Avião de patrulha do mar e inteligência P-3AM em operação
- 5- Embraer e Boeing fazem parceria para desenvolvimento de avião cargueiro
- 6- Embraer entrega proposta para a venda de caça
- 7- Governo adia novamente decisão sobre compra de caças para a Aeronáutica
- 8- Últimas tropas do Exército são retiradas dos complexos da Penha e do Alemão
- 9- Governo firma investimentos na área de Defesa
- 10- Depoimentos sobre casos e tortura e Comissão da Verdade I: Tenente Coronel faz declarações sobre funcionamento de centro de tortura
- 11- Depoimentos sobre casos e tortura e Comissão da Verdade II: Dilma destaca função da Comissão da Verdade em entrevista na Rio+20
- 12- Depoimentos sobre casos e tortura e Comissão da Verdade III: ministra também teria sido torturada
- 13- Depoimentos sobre casos e tortura e Comissão da Verdade IV: Jornais comentam depoimento da presidente da República
- 14- Depoimentos sobre casos e tortura e Comissão da Verdade V: Trabalhos da Comissão da Verdade
- 15- Grupo de Trabalho Araguaia encontra restos mortais de mais duas pessoas
- 16- Caso Herzog não será reaberto
- 17- Identidade falsa de Dilma Rousseff poderia ter sido encontrada
- 18- Coronel é condenado a pagar indenização por morte durante o regime militar

1- Militares taifeiros podem estar trabalhando ilegalmente como “serviçais”

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, um levantamento feito pelo próprio periódico, a partir de documentos das Forças Armadas obtidos pela Lei de Acesso à Informação, indicou que 109 taifeiros – militares com função de arrumador, barbeiro ou cozinheiro – estariam servindo como “serviçais” em casas de seus superiores. Segundo o *Estado*, somente a Aeronáutica enviou as informações requisitadas e nenhum dos três Comandos informou quais generais têm direito ao benefício, tampouco quantos taifeiros trabalham para cada um. Pela Aeronáutica, 88 militares serviriam em residências oficiais e 19 estariam à disposição do Ministério da Defesa, “seja em atividades de conservação de imóvel ou como arrumadores, cozinheiros e despenseiros”. A Aeronáutica justificou as atividades como de “cunho militar”. O jornal apontou que, em 2003, houve denúncias sobre o uso de taifeiros como empregados domésticos do então ministro da Defesa, embaixador José Viegas Filho, e também uma ação proposta pelo Ministério Público Militar (MPM) e

Ministério Público Federal (MPF), requerendo o fim desta atividade; a ação trazia diversos relatos de taifeiros que eram obrigados a cumprir tarefas domésticas. Para o MPF “o trabalho foge à finalidade constitucional das Forças Armadas, que é a defesa da pátria e a garantia da lei e da ordem”. O MPM ressaltara ainda, que a situação poderia caracterizar violação da Lei de Improbidade Administrativa, uma vez que se trata de “dinheiro público investido no cumprimento de tarefas particulares”. O Comando do Exército, em contraposição, afirmou que a função de taifeiro estaria prevista em portaria ministerial e comunicou que a atividade está sendo questionada em ação civil pública junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/06/12)

2- Presidente paraguaio em exercício fez reivindicações junto ao Brasil em 2010

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o atual presidente paraguaio Luis Federico Franco Gómez, vice de Fernando Lugo em processo de impeachment, exigira, em março de 2010, durante discursos da comemoração de 140 anos do fim da Guerra do Paraguai, a devolução do canhão “Cristão”, que está em exibição na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, solicitara, na mesma ocasião, a devolução de um suposto arquivo militar. Essas exigências seriam importantes, segundo Franco, para “cicatrizas as feridas do povo paraguaio”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 23/06/12)

3- Força-tarefa entre Exércitos brasileiro e argentino

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, desde o dia 24/06/12 uma inédita força-tarefa de 1.100 militares e 210 viaturas dos Exércitos brasileiro e argentino realizaram manobras conjuntas em Apóstoles, na região da província argentina de Missões. A chamada Operação Guarani foi um exercício combinado de combate convencional, com participação da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, de Santiago, do estado do Rio Grande do Sul, e da Brigada de Infantaria de Monte XII, da Argentina. (Correio Braziliense – Brasília DF – 26/06/12)

4- Avião de patrulha do mar e inteligência P-3AM em operação

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o avião de patrulha do mar e inteligência, P-3AM, comprado pela Força Aérea Brasileira (FAB) em 2005, e recebido e modernizado a partir de agosto de 2011, já está operando regularmente. A FAB comprou 12 aeronaves e revitalizou 9, sendo que outras 3 unidades serão utilizadas como banco de peças. O programa completo deverá custar US\$500 milhões. De acordo com o jornal, até agosto, um dos três P-3AM entregues irá cumprir um esquema de voos de treinamento a partir das bases das cidades de Florianópolis, Belém, Canoas e Salvador, esta última sede do Esquadrão Orungan, ao qual a aeronave é ligada. Cada unidade mede 35,61 metros, com capacidade de 16 tripulantes e pode permanecer no ar por 16 horas, sendo seu alcance de 4,5 mil quilômetros. No dia 25/06/12, o Comando da Aeronáutica mostrou, de forma restrita, o arranjo interno do modelo. Seu sistema digital de alta velocidade é capaz de integrar grandes

quantidades de informações, táticas e inteligência. Dessa forma, o P-3AM pode localizar e atacar submarinos, ou identificar objetos de 60 cm na superfície. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/06/12)

5- Embraer e Boeing fazem parceria para desenvolvimento de avião cargueiro
Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a estadunidense Boeing realizarão uma parceria para venda e desenvolvimento, através da troca de conhecimento técnico, do avião cargueiro KC-390. A *Folha* destacou que o primeiro voo de teste está previsto para o ano de 2014. Como divulgado por *O Estado*, a Embraer estima vender entre 105 e 140 unidades do KC-390 nos próximos 20 anos, mas, segundo o presidente da Embraer Defesa e Segurança, Luiz Carlos Aguiar, a parceria com a Boeing permitirá que os números de venda aumentem. A Embraer possui atualmente 60 cartas de intenção de compra, de acordo com o jornal, porém, o preço do cargueiro ainda não foi definido. *O Estado* acrescentou que, seguindo as especificações iniciais, o avião poderá ser reabastecido no ar, terá capacidade para carregar 19 toneladas e terá a habilidade de ser utilizado como avião tanque; além disso, a Força Aérea Brasileira, que é a autora do projeto do KC-390, pretende adquirir, no mínimo, 28 unidades do avião. Segundo o presidente da Boeing Defense, Space & Security, Dennis Muilenburg, a parceria não visaria remunerar a empresa estadunidense por parte da brasileira, entretanto, Aguiar mencionou que “o contrato ainda não está detalhado a ponto de definir essas questões”. Ambos presidentes evidenciaram que esta parceria não possui relação com o programa brasileiro de aquisição de caças FX-2, em que a Boeing é uma das empresas concorrentes. *O Estado* afirmou que, apesar desta ressalva, a parceria que envolve o KC-390 pode “contar alguns pontos” para a empresa americana no projeto FX-2. (*Folha de S. Paulo* – Mercado – 27/06/12; *O Estado de S. Paulo* – Negócios – 27/06/12)

6- Embraer entrega proposta para a venda de caça

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) entregou no dia 18/06/12 uma nova proposta para a licitação, envolvendo US\$ 355 milhões, de venda para a Força Aérea dos Estados Unidos de 20 caças do modelo Super Tucano, que seriam utilizados no Afeganistão. Durante um evento na cidade de São Paulo em que foi anunciada uma parceria entre a Embraer e a empresa estadunidense Boeing, o presidente da Embraer Defesa e Segurança, Luiz Carlos Aguiar, afirmou que o Super Tucano seria o melhor avião para atender as necessidades da Força Aérea norte-americana. A aeronave brasileira tem como concorrente o modelo AT-6 da empresa estadunidense Hawker Beechcraft, que está em concordata desde maio de 2012. Em dezembro de 2011, a Embraer venceu a licitação, porém esta foi cancelada após apontamentos de que havia problemas com a documentação. A nova licitação se mantém com os mesmos requisitos da primeira, porém acrescentando a opinião de clientes das empresas e retira a necessidade de demonstração de voo. Segundo Aguiar, ambas mudanças favorecem a Embraer pelo fato de o Super Tucano já poder ser usado para operações, diferentemente do AT-6, que ainda está sendo usado somente para

treinamentos. O *Estado* acrescentou que “vencer essa concorrência pode significar muito mais para a Embraer que o contrato de US\$ 355 milhões”, sendo que “o maior benefício seria a certificação dos Estados Unidos para um produto brasileiro de considerável valor agregado e de emprego militar”. (O Estado de S. Paulo – Negócios – 07/06/12)

7- Governo adia novamente decisão sobre compra de caças para a Aeronáutica

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo federal, representado pela Aeronáutica, enviou uma carta aos Estados Unidos da América, à França e à Suécia, pedindo a extensão das propostas da venda dos caças ao projeto FX-2 da Força Aérea Brasileira até o dia 31/12/12. Na carta, foi solicitado que os governos e suas respectivas empresas concorrentes (a estadunidense Boeing, a francesa Dassault e a sueca Saab) mantenham as condições e os valores das propostas, concluídas ainda no mandato do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme proposição do jornal *Folha*, a nova postergação “ocorre por ser inoportuno anunciar um gasto que pode chegar a ficar entre US\$ 6 bilhões e US\$ 8 bilhões em um cenário de crise internacional e baixo crescimento econômico.” (Folha de S. Paulo – Poder – 28/06/12)

8- Últimas tropas do Exército são retiradas dos complexos da Penha e do Alemão

Conforme publicado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as últimas tropas do Exército se retiraram dos complexos da Penha e do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, os quais foram ocupados durante a missão de pacificação dos morros em 2011. A retirada foi finalizada no dia 29/06/12, quando chegou ao fim o convênio com o governo federal para a atuação das Forças Armadas iniciado há 20 meses. Segundo a *Folha*, a função da segurança das comunidades foi passada a Polícia Militar, que assumiu com um número menor de efetivo do que havia de militares, os quais foram considerados responsáveis pela redução da violência e das práticas criminosas nestes locais. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/06/12; O Estado de S. Paulo – Cidades/Metrópole – 26/06/12)

9- Governo firma investimentos na área de Defesa

Conforme publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo federal incluiu a Defesa no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destinando um pacote no valor de R\$ 1,527 bilhão para a área. Os dois maiores projetos estratégicos são a produção dos blindados Guarani, da empresa Iveco, e os lançadores múltiplos de foguetes e mísseis Astros 2020, da fabricante Avibrás. Segundo o jornal, R\$ 342,4 milhões serão destinados à produção de 40 blindados Guarani, que possuem navegador GPS, sistema ótico de visão noturna, uma torre móvel para receber vários tipos de armas, e atingirão 90 quilômetros por hora em estrada. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro vem planejando um processo eventual de

tributação, visando arrecadar recursos à Defesa. (O Estado de S. Paulo – Economia – 27/06/12; O Estado de S. Paulo – Economia – 28/06/12)

10- Depoimentos sobre casos e tortura e Comissão da Verdade I: Tenente Coronel faz declarações sobre funcionamento de centro de tortura

Segundo notícia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o tenente-coronel reformado Paulo Malhães relatou em entrevista para o jornal *O Globo*, a rotina de uma casa de detenção e tortura localizada na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, conhecida como a “Casa da Morte”, que era mantida pelo Centro de Informações do Exército. Acredita-se que 22 opositores do regime militar (1964-1985) tenham sido assassinados no local. Malhães, que disse ter sido responsável pela instalação da casa, afirmou, sem falar em tortura, que os presos eram “pressionados a mudar de lado” e ainda, quanto à metodologia empregada, que, para persuadi-los, os militares passavam “sustos, e o susto era sempre a morte. A casa era para isso”. De todos os presos que foram encaminhados para a “Casa da Morte” somente uma saiu de lá com vida, Inês Ettiene Romeu, ex-militante da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR - Palmares). De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Malhães contou também que mantinham cinco filhotes de jacaré e uma jiboia, capturadas no Araguaia, que eram utilizados para torturar presos políticos do Pelotão de Investigação Criminais do 1º Exército. Para a vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, Vitória Grabois, esses fatos revelariam que as denúncias “provam que o Brasil cometeu crimes contra a humanidade”. Segundo ela, a Comissão da Verdade deveria auxiliar no avanço da Justiça. Para a diretora do Centro pela Justiça e Direito Internacional Beatriz Affonso, a não reação das autoridades se faz grave. (*Folha de S. Paulo – Poder* – 25/06/12; *O Estado de S. Paulo – Nacional* – 26/06/12)

11- Depoimentos sobre casos e tortura e Comissão da Verdade II: Dilma destaca função da Comissão da Verdade em entrevista na Rio+20

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em entrevista durante a Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a presidente da República, Dilma Rousseff, comentou o recém divulgado depoimento que concedeu ao Conselho dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), em 2001, ano em que ocupava o cargo de secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. No documento, Rousseff mencionou a tortura que sofreu na cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, durante o regime militar (1964-1985). Segundo Rousseff, é difícil atualmente identificar seus torturadores, porque na época eles não usavam seus nomes verdadeiros. Além disso, a presidente declarou que não teria nenhum sentimento pessoal com relação àqueles que a agrediram, segundo ela “a questão não é o torturador, é a tortura”, ou seja, o principal problema consistiria nas condições em que a tortura se estabelece. Segundo Rousseff, esse seria, também, o motivo da criação da Comissão da Verdade, que trará o conhecimento da história e, com ela, o compromisso de não mais permitir que essas violações dos direitos humanos se repitam. Em suas palavras: “para virar a página deste país nós temos a Comissão da Verdade e é isso o que esta

comissão eu espero que faça, porque nós precisamos saber a verdade”. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/06/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/06/12)

12- Depoimentos sobre casos e tortura e Comissão da Verdade III: ministra também teria sido torturada

Conforme noticiaram os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a ministra Eleonora Menicucci, chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, relatou também ter sido torturada, em depoimento ao Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh – MG). Em maio de 2001, ela encaminhou um relato escrito para o Conselho, como forma de requisitar a indenização de R\$30 mil que o estado de Minas Gerais oferecia a presos políticos. No texto ela relatou dois momentos da sua tortura e a passagem pelo cárcere ao ser levada do presídio Tiradentes, em São Paulo, para a prisão em Juiz de Fora, Minas Gerais. Afirmou ter sofrido tortura no próprio quartel, tendo sido alvo de socos, choques elétricos e ameaças psicológicas. Menicucci afirmou que os torturadores faziam uma série de ameaças a ela, seu marido e sua filha, afirmando que iriam também prendê-los e matá-los. Quando torturada em São Paulo, na Operação Bandeirantes, Menicucci afirmou que os torturadores ameaçaram novamente prender sua filha. Em local que Menicucci acredita ser sede do Exército no Ibirapuera, ela encontrara sua filha, Maria de Oliveira Soares, só de fraldas. A mãe foi solta três anos depois. De acordo com o *Correio*, foi levado em conta pelo Conedh-MG um relatório do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, afirmando que os efeitos da tortura são sentidos por descendentes até a quinta geração, sendo as taxas de suicídio 23% mais altas em famílias que tiveram algum membro torturado. Em entrevista para *Correio*, a ministra afirmou que conseguiu superar os danos da tortura, não possuindo mágoa ou rancor, mas um sentimento de “não perdão”. Minucucci afirmou, como no depoimento ao Conselho, desconhecer a identidade dos seus torturadores e salientou a importância do papel da Comissão da Verdade, que deverá tornar acessível os fatos históricos ocorridos no período e que “o esclarecimento do que aconteceu naquele período servirá para evitar que se repitam as torturas vivenciadas por milhares e milhares de jovens brasileiros e também as que ainda existem hoje”. O presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro, Wadih Damous, declarou que a tortura a presos comuns é uma prática há muito arraigada no Brasil, que ganhou visibilidade durante o regime militar (1964-1985) por ter sido transformada por esse governo em política de Estado. Segundo Damous, é necessário conhecer a história da tortura no passado para poder lidar com a maneira como ela surge no presente e a punição aos torturadores, seja do passado ou do presente, é um instrumento necessário, pois a impunidade é a carta branca para a tortura no Brasil. (*Correio Braziliense* - 25/06/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/06/12)

13- Depoimentos sobre casos e tortura e Comissão da Verdade IV: Jornais comentam depoimento da presidente da República

Conforme noticiado pelo *Correio Braziliense*, a secretária encarregada de digitar, no ano de 2001, depoimentos pessoais de torturados no estado de Minas Gerais durante o regime militar (1964-1985), Caroline Bastos Dantas,

afirmou que, em depoimento, a presidente da República, Dilma Rousseff, revelou detalhes sobre a tortura que sofreu por obrigatoriedade do Conselho de Defesa de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG). O Conselho visava distinguir os perseguidos políticos dos torturados, sendo que a indenização só ocorreria no segundo caso. Dantas afirmou que, apesar da postura firme e decidida da então secretária de Minas e Energia do estado do Rio Grande do Sul, a presidente se emocionou ao comentar sobre os métodos de tortura aos quais foi submetida. Além disso, o então presidente da Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura de Minas Gerais (Ceivit-MG), Róbson Sávio, apontou que Rousseff teve que ser submetida a tratamento hospitalar por conta de hemorragias no útero, decorrentes das agressões que sofrera. O *Correio* apontou a decisão de Rousseff de evitar expor sua vida pessoal, sabendo separar o privado do público. A editora-chefe do *Correio*, Ana Dubeux, em coluna opinativa, afirmou que não se pode acusar a presidente de adotar a postura de “não fazer de seu calvário no passado plataforma midiática”. Dubeux destacou a importância da Comissão da Verdade como retribuidora de parte da história e da dignidade daqueles que sofreram com repressões durante o regime, de forma a “anistiar o passado”. Desta maneira, a editora-chefe apontou para a necessidade de não esquecer o esforço de conseguir uma Constituição cidadã baseada em eleições diretas e afirmou que “resgatar a verdade dos anos de chumbo é dignificar nossa caminhada”, enfatizando a importância da liberdade conquistada. Em editorial do jornal *Folha de S. Paulo* no dia 26/06/12, houve ênfase ao fato de ser o depoimento da atual presidente do país e de tornar-se público somente agora, além dos detalhes de tortura que o relato contém. Conforme o editorial, em um ambiente em que o termo “revanchismo” é invocado, faz-se importante ressaltar a reserva com que foi tratada, nos últimos anos, a experiência passada por Rousseff. A Lei da Anistia (1979) encerrou as discussões sobre responsabilidades criminais dos envolvidos, “não apagou, entretanto a memória de ninguém”, segundo a publicação. O editorial da *Folha* ainda elogiou a força psicológica de Dilma para continuar sua vida, tanto no âmbito pessoal como na atuação política: “Rousseff provou ser capaz de avançar na área política, convivendo com adversários, eliminando ressentimentos e dedicando-se à negociação”. Além disso, ressaltou também sua atuação como presidente não pautada em “rancor ou ânimo retaliatório”, que refletiria o amadurecimento da democracia no Brasil. (*Correio Braziliense* – 24/06/12; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 26/06/12)

14- Depoimentos sobre casos e tortura e Comissão da Verdade V: Trabalhos da Comissão da Verdade

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a Comissão da Verdade criará duas subcomissões de pesquisa, documentação e sistematização, além de uma outra para auxiliar a promover audiências públicas. De acordo com o coordenador da Comissão e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp, o grupo estaria com foco na análise de documentos e correspondências, porém ainda não haveria um cronograma definido sobre os próximos depoimentos que deverão ser realizados. Segundo Dipp, há uma grande quantidade de pessoas que poderão ser ouvidas, mas ainda não foram definidos os próximos nomes. Entretanto, estaria sendo redigida uma previa do

relatório final, para que nenhuma informação seja perdida. De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão, no dia 25/06/12, ouviu o delegado e ex-agente do Departamento de Ordem Político e Social (Dops), Cláudio Guerra, que afirmou ter participado de mortes e desaparecimentos de vítimas do regime militar (1964-1985). Segundo Dipp, Guerra confirmou as informações publicadas no livro "Memórias de uma Guerra Suja", dos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, como as de ter participado das mortes do delegado Sérgio Fleury e do jornalista Alexandre Von Baumgarten. Ainda confirmou que "levou dez corpos para serem queimados no forno de uma usina de açúcar em Campos (RJ)". Guerra ainda é acusado de outros crimes, como o de ter assassinado sua própria mulher, e declarou ter decidido realizar as confissões depois de se tornar pastor evangélico. Dipp revelou que as pessoas citadas por Guerra deverão ser chamadas para depor na Comissão, como também o tenente-coronel reformado Paulo Malhães, por sua entrevista ao jornal *O Globo*, no qual detalhou a rotina de uma casa de detenção clandestina em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Alguns "trechos de seu relato foram considerados fantasiosos por historiadores", que consideram que existem casos contados de forma diferente por outros agentes do período. Após o lançamento do livro, de acordo com o *Correio*, o Ministério Público Federal (MPF) abriu investigação para apurar as informações, concomitante ao trabalho da Comissão da Verdade. No entanto, Dipp afirmou que os dados recolhidos pelo grupo não serão disponibilizados ao MPF: "A comissão não tem papel de julgar e nem é persecutiva", reiterou. (*Correio Braziliense – Política – 26/06/12; Folha de S. Paulo – Poder – 26/06/12*)

15- Grupo de Trabalho Araguaia encontra restos mortais de mais duas pessoas
Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, foram encontrados na região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia (1972-1974) restos mortais de mais duas pessoas. O Grupo de Trabalho Araguaia, que busca localizar e identificar restos mortais de guerrilheiros desaparecidos, efetuou, após dez dias de expedição, sob coordenação do Ministério da Defesa, com apoio de geofísicos da Polícia Federal e da Universidade de Brasília (UnB), a primeira exumação no cemitério da cidade de Xambioá, no estado do Tocantins (TO); e a segunda, em uma propriedade rural particular na cidade de São Geraldo do Araguaia, no estado do Pará (PA), na qual, de acordo com trabalhadores locais, existira um "cemitério de guerrilheiros". O material seguiu, então, para Brasília, onde deve passar por exames de DNA e análises de especialistas da Polícia Federal. Entretanto, os familiares de desaparecidos da Guerrilha não ficaram satisfeitos, já que, segundo eles, outras expedições já encontraram restos mortais que até então não foram submetidos a exames adequados. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/06/12*)

16- Caso Herzog não será reaberto

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do estado do Rio de Janeiro, Wadih Damous, lamentou a deliberação do governo brasileiro de não reabrir a ação criminal sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, visto a Lei de Anistia (1979). Segundo Damous a família desejaria apenas um pedido de desculpas do

Estado brasileiro e o reconhecimento oficial de que Herzog foi assassinado por seus captores, no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, em São Paulo. (Correio Braziliense – Brasília DF – 26/06/12)

17- Identidade falsa de Dilma Rousseff poderia ter sido encontrada

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, um relatório da agência do Serviço Nacional de Informação (SNI) na cidade de Salvador, menciona que uma identidade falsa utilizada pela presidente da República, Dilma Rousseff, durante o período do regime militar (1964-1985), na década de 1970, teria sido encontrada em posse da psicóloga e companheira do ex-capitão Carlos Lamarca, Lara Lavelberg, quando esta foi morta durante a execução da Operação Pajussara, em Salvador, juntamente com outros documentos, como um título eleitoral em branco e retratos da psicóloga com diferentes aparências. A identidade encontrada com Lavelberg continha o nome Maria Lúcia dos Santos. Ao pedirem informações sobre este nome para a Agência Rio de Janeiro (ARJ), órgão do SNI, os policiais foram informados que este era um registro de Rousseff. O jornal informou que documentos do SNI evidenciam que Rousseff teria feito uso de outras identidades falsas, com o nome de Marina Guimarães Garcia de Castro, além de Estela, Wanda e Luiza. O relatório afirma que, para obter a localização de Lamarca, houve um monitoramento de membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e que 40 homens estavam engajados em encontrar o ex-capitão, que foi morto logo após Lavelberg. O irmão de Lavelberg e jornalista, Samuel Lavelberg, confirmou a amizade entre sua irmã e Rousseff, porém considerou “improvável que ela [Lara Lavelberg] na época carregasse algum documento que a ligasse a outra organização”, já que teria abandonado o grupo que Rousseff estava atuando, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), e militava em outra organização. Samuel Lavelberg destacou que “era contra norma de segurança andar com carteira de identidade de outro grupo”. O ex-secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, considera os relatos do relatório do SNI falsos, já que “quando isso aconteceu [morte de Lara Lavelberg] Dilma estava presa fazia um ano”. O documento do SNI informa que Lara Lavelberg teria cometido suicídio, porém após a família da psicóloga contestar esta versão e ter obtido, em 2003, permissão para o corpo de Lavelberg ser exumado para perícia, foi comprovado que esta fora assassinada em Salvador. O jornal ainda destacou que houve contradição nos relatos dos policiais sobre a morte da psicóloga, pois afirmaram que esta teria se rendido e sido transportada para o hospital em um carro particular, o que mostra que não teria recebido socorro médico. (Correio Braziliense – 27/06/12)

18- Coronel é condenado a pagar indenização por morte durante o regime militar

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra foi condenado em primeira instância pela juíza Claudia de Lima Menge a pagar R\$ 50 mil para a irmã e R\$ 50 mil para a ex-companheira do jornalista e ex-integrante do Partido Operário Comunista, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, morto no ano de 1971, em

consequência de torturas sofridas durante o período do regime militar (1964-1985). Segundo *O Estado*, Ustra comandara o Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), entre os anos de 1971 e 1974. O Departamento de Ordem Política e Social (Dops) afirmou na ocasião que Merlino teria cometido suicídio ao se jogar na frente de um carro na rodovia BR-116 após ter escapado de uma escolta que o guiava para o Rio Grande do Sul. Outras pessoas que estiveram presas junto com Merlino afirmaram que este teria sofrido séries de tortura comandadas por Ustra. A juíza Menge declarou que Ustra "participava das sessões de tortura e, inclusive, dirigia e calibrava intensidade e duração dos golpes". O advogado do coronel, Paulo Alves Esteves, mencionou que irá recorrer da decisão, considerando "que os atos que levaram à condenação foram 'apagados' pela Lei da Anistia" (1979). Conforme publicado por *O Estado*, a defesa do coronel conseguiu, através do Exército, documentos que comprovariam que Ustra não estava em São Paulo no dia da morte de Merlino, o que o ausentaria de culpa pelo assassinato do dissidente. Segundo Esteves, os arquivos encontrados "são documentos da caserna, que registram tudo que cada militar faz. Lá se encontra o comprovante da passagem para Porto Alegre", onde ocorreria um encontro com militantes do Partido Operário Comunista. De acordo com a juíza, a anistia extinguiu a possibilidade de condenações na área penal, mas não abrangeu ilícitos na área cível e administrativa, o que poderá fazer com que o coronel seja condenado por danos morais. (Folha de S. Paulo – Poder – 27/06/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/06/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/06/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavaleiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).

